PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2013

Março de 2013

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2013

Aprovado em Assembleia Geral de 16 de março de 2013

Março de 2013

ÍNDICE

Siglas ---- 4

Introdução ---- 6

Capítulo 1. Aproximar a Ordem dos Enfermeiros aos enfermeiros e aos cidadãos ---- 7

Capítulo 2. Garantir a segurança e qualidade dos cuidados através da efetiva regulação do exercício profissional ---- 10

Capítulo 3. Garantir o normal funcionamento dos órgãos estatutários ---- 12

Capítulo 4. Intervir na qualificação e promover o desenvolvimento profissional ---- 13

Capítulo 5. Modernizar a estrutura interna da Ordem dos Enfermeiros ---- 16

Capítulo 6. Promover a visibilidade social e importância da Enfermagem ---- 18

Orçamento para o ano 2013 ---- 21

Parecer do Conselho Fiscal ---- 26

SIGLAS

ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
AG	Assembleia Geral
APEM	Associação Portuguesa de Enfermagem Militar
APER	Associação Portuguesa de Enfermeiros de Reabilitação
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CCISM	Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental
CE	Conselho de Enfermagem
CEEMC	Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica
CEESIP	Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica
CEESMO	Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica
CEESMP	Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica
CER	Conselho de Enfermagem Regional
CGEE	*Consejo General de Enfermería de España*
CIC	Comissão de Informatização Clínica
CIPE	Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CNO	*Chief Nursing Officer*
CNSM	Conselho Nacional de Saúde Mental
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRCE	Centro de Recursos em Conhecimento de Enfermagem
CSP	Cuidados de Saúde Primários
DGS	Direção-Geral da Saúde
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica
DPT	Desenvolvimento Profissional Tutelado
EEEC	Enfermeiros Especialistas de Enfermagem Comunitária
EEER	Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Reabilitação
EEESIP	Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica
EEESMO	Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica
EEESMP	Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica
EFN	*European Federation of Nurses*
EFNNMA	*European Forum of National Nursing and Midwifery Associations*
EPT	Exercício Profissional Tutelado
FNAS	Fórum Nacional Álcool e Saúde
FNOPE	Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermeiros
GAIPE	Gabinete de Apoio à Inserção Profissional e Empreendedorismo
GASIE	Grupo de Acompanhamento dos Sistemas de Informação em Enfermagem
GOBP	Guia Orientador de Boas Práticas
GOM	Grandes Opções do Mandato
HORATIO	*European Association for Psychiatric Nurses*
IACS	Infeções Associadas aos Cuidados de Saúde
ICN	*International Council of Nurses*
MDP	Modelo de Desenvolvimento Profissional
NOC	Normas de Orientação Clínica

OCE	Observatório para os Cuidados de Enfermagem
OE	Ordem dos Enfermeiros
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PNS	Plano Nacional de Saúde
PTE	Prática Tutelada em Enfermagem
RH	Recursos Humanos
SAPE	Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
SCD	Sistema de Classificação de Doentes
SIE	Sistemas de Informação em Enfermagem
SIS	Sistemas de Informação em Saúde
SM	Saúde Mental
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPMS	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
SRC	Secção Regional do Centro
SRN	Secção Regional do Norte
SRS	Secção Regional do Sul
SSP	Sistema de Saúde Português
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
USP	Unidade de Saúde Pública
VGN	Vigilância da Gravidez Normal

INTRODUÇÃO

A elaboração e apresentação do plano de atividades para o ano de 2013 surge num contexto de continuidade das profundas e radicais mudanças – quer a nível a socioeconómico, quer ao nível da reformulação do pensamento para a Enfermagem como profissão – que têm pautado a sociedade portuguesa no último ano. Consubstancia-se, portanto, um referencial governativo e social que importa considerar nas opções estratégicas e operacionais da Ordem dos Enfermeiros (OE).

São claras as implicações da crise económica para o tecido social português, assim como o seu impacto significativo no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e no Sistema de Saúde Português (SSP), na profissão que procuramos condignamente representar e na saúde dos cidadãos. Ao nível da OE entramos agora no segundo ano do mandato 2012-1025. Com as aprendizagens recolhidas no primeiro ano estamos agora em condições de proceder aos ajustamentos organizacionais e institucionais que adeqúem a resposta que a OE pode e deve à sociedade, aos membros e aos órgãos.

Na linha das opções para o plano de atividades do ano transato, o Conselho Diretivo da OE manteve o alinhamento pelas Grandes Opções do Mandato (GOM), que se constituem como linhas orientadoras concordantes com os compromissos assumidos na campanha. No entanto, alterámos os processos internos para elaboração do presente Plano de Atividades e Orçamento (PAO). Tendo como referência as GOM solicitou-se a cada órgão que, no âmbito das suas atribuições e mediante um *plafond* orçamental estabelecido com base no histórico de cada um, indicassem as atividades que se propunham levar a cabo no ano de 2013. É intuito desta metodologia avançar com o compromisso de profissionalização da OE, por via dos processos que a mesma implica, assim como tornar o processo de elaboração e compromisso para com o PAO participativo, inclusivo e responsabilizante.

As atividades que ora propomos procuram, assim, o equilíbrio entre as várias responsabilidades que são acometidas à OE, tendo como referência principal a sociedade e os membros.

Acreditamos que, com a consecução do PAO que se encontra traduzido neste documento, conseguiremos dar visibilidade e alma aos objetivos a que nos propusemos durante a campanha eleitoral e pelos quais fomos eleitos.

Capítulo 1.
Objetivo estratégico: Aproximar a Ordem dos Enfermeiros aos enfermeiros e aos cidadãos

Aproximar a OE aos enfermeiros e cidadãos é sempre um desafio, não só do ponto de vista dos recursos mas também dos momentos, dado que nem sempre o programado decorre conforme planeado no que respeita à comunicação. No entanto, consideramos que a metodologia utilizada para este ano não só permitiu uma programação aprofundada e discriminada dos momentos mas também dos recursos a aplicar. Destacamos das várias atividades propostas aquelas que se relacionam com:

- Intervenção dos colégios de especialidade ao nível da divulgação do valor e características dos enfermeiros especialistas, bem como na relação próxima com os cidadãos e com os membros.
- Divulgação e explicitação do Modelo de Desenvolvimento Profissional (MDP) com vista a um aprofundamento contínuo e construção de consensos entre as várias partes interessadas relativamente a um instrumento central para o desenvolvimento da profissão.
- Realização dos debates de ética e deontologia descentralizados como instrumento de promoção da reflexão sobre o racional no processo de tomada de decisão dos enfermeiros.
- Divulgação do papel dos enfermeiros com funções de gestão e envolvimento destes na caracterização e definição das suas competências específicas.
- Divulgação, com vista à apropriação por parte dos vários atores no sistema de saúde, da importância das dotações seguras enquanto garantia de cuidados de Enfermagem de qualidade e na quantidade implícita ao contrato social estabelecido com o Estado.
- Divulgação do Gabinete de Apoio à Inserção Profissional e Empreendedorismo (GAIPE) enquanto estrutura de apoio ao estudo do fenómeno do desemprego na profissão, assim como ao desenvolvimento de projetos empreendedores e inovadores por parte dos enfermeiros.
- Promoção do debate e aprofundamento do entendimento vigente nos vários parceiros atuantes no setor da Saúde sobre o papel dos enfermeiros no controlo de infeção e na gestão do risco clínico, em linha com o preconizado no referencial de avaliação da idoneidade formativa dos contextos de prática clínica.
- Realização de conferências no âmbito do Observatório para os Cuidados de Enfermagem (OCE), cujo objetivo primordial é a análise sistematizada dos vários contextos onde se prestam cuidados de Enfermagem.

Atividades

1. Publicação o livro «Gravidez, parto e puerpério / Recomendações para mães e pais».
2. Realização de uma conferência para divulgação do novo Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil.

3. Realização de cinco *workshops*, descentralizados regionalmente, sobre o papel dos enfermeiros especialistas em Enfermagem Comunitária (EEEC) nas Unidades de Saúde Pública (USP) e nas Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC).
4. Realização do encontro «Boas práticas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem Comunitária».
5. Criação de uma rede nacional de dinamizadores no âmbito da Enfermagem de Reabilitação.
6. Reuniões de trabalho com associações / sociedades com ação relevante para o Colégio da Especialidade de Enfermagem Médico-Cirúrgica (CEEMC).
7. Publicação no *site* da OE de um texto alusivo ao Dia Mundial da Saúde Mental.
8. Realização de jornadas sobre Padrões de Qualidade/Idoneidade Formativa/Modelo de Desenvolvimento Profissional.
9. Dinamização de fóruns para discutir a regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Profissional.
10. Elaboração do documento: «Modelo de Desenvolvimento Profissional: Como, quando e porquê?».
11. Realização de ciclos de debates sobre ética e deontologia profissional nas secções regionais do Norte, Centro, Sul, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira (SRN, SRC, SRS, SRRAA e SRRAM).
12. Realização de reuniões com enfermeiros gestores a diferentes níveis, através da organização de fóruns específicos nas Secções Regionais.
13. Desenvolvimento e divulgação de brochura junto dos enfermeiros diretores, público em geral e organismos vários a fim de reforçar a importância de se cumprirem as dotações seguras.
14. Realização de peça multimédia sobre dotações seguras.
15. Realização de uma peça multimédia sobre o GAIPE, empreendedorismo e desafios de procura de primeiro emprego.
16. Realização de um levantamento das práticas instituídas em termos de controlo de infeção nas instituições de saúde.
17. Divulgação do conceito e importância da avaliação do risco clínico e dos cuidados seguros para dentro e para fora da profissão.
18. Realização de um relatório de evidência internacional / nacional relativamente aos ganhos em saúde e de eficiência na aposta / mais-valia da Enfermagem no Pré-Hospitalar.
19. Realização das seguintes conferências:
    a. O Estado, a Saúde e a Enfermagem;
    b. OE: Um Desígnio Fundamental;
    c. Gestão dos Cuidados de Enfermagem;
    d. Rede de Cuidados Continuados Integrados;
    e. Afirmação e Autonomia da Prática de Enfermagem;
    f. Serviço Nacional de Saúde - Agora mais do que nunca;

g. Cuidados de Saúde Primários - Onde para a reforma;

h. Unidades de Cuidados na Comunidade - Um novo paradigma na oferta de cuidados de saúde;

i. Segurança do doente - Um imperativo ético dos enfermeiros.

20. Criação do *website* do OCE.

21. Criação de caixa de *email* e *banner* na página da OE associado à inovação e investigação em Enfermagem.

22. Realização de estudo/auscultação de expetativas e necessidades às associações de doentes e de utentes.

Capítulo 2.
Objetivo estratégico: Garantir a segurança e qualidade dos cuidados através da efetiva regulação do exercício profissional

A garantia da segurança e qualidade dos cuidados implica um grande esforço quer na proatividade que a proximidade e monitorização dos contextos profissionais exigem, quer na capacidade de resposta às solicitações que chegam à OE por via dos membros e da sociedade ou partes interessadas.

As respostas aos membros envolvem, muitas vezes, a participação de vários órgãos da OE e processos, que pela sua natureza e ponderação, revestem-se, não raramente, de uma morosidade entendida como excessiva pelos seus destinatários. No sentido de sistematizar e organizar esta tipologia de respostas, propomos as atividades abaixo enunciadas e das quais destacamos:

- A emissão de pareceres nas áreas científicas e técnicas específicas das várias especialidades, enquanto desígnio central no respeitante à definição da *legis artis*.
- A realização de visitas para acompanhamento do exercício profissional em todos os contextos de prática nas diferentes áreas de especialidade, dadas as mudanças a operar no médio prazo no âmbito do seu desenvolvimento, entre as quais destacamos a definição dos critérios para acreditação dos contextos especializados.
- A publicação de Guias Orientadores de Boas Práticas (GOBP) e de catálogos em linguagem CIPE.
- A continuidade da atividade do grupo de trabalho para a definição das competências do Enfermeiro do Trabalho.
- A definição do enquadramento, áreas e condições de reconhecimento de competências acrescidas, enquanto instrumentos para a regulação profissional.
- Atualização dos dados socioprofissionais de Enfermagem, em parceria com várias entidades que dispõem de bases de dados sobre enfermeiros, de forma a conseguir o cruzamento de informação que permita uma atualização da base de dados da OE e uma caracterização mais precisa da profissão.
- O acompanhamento político da implementação do Plano Nacional de Saúde (PNS) através do OCE, na medida em que este se reveste de uma natureza estratégica para todo o sistema de saúde e, consequentemente, permite antecipar tendências e respetivas adaptações no exercício profissional.
- A elaboração de proposta de alteração legislativa relativamente aos lares que permita adequar o seu enquadramento legal às suas caraterísticas assistenciais, bem como à natureza dos cuidados de Enfermagem prestados.
- A reapreciação do guia de recomendações para o cálculo de dotações de enfermeiros no SNS, com a inclusão das dotações seguras para as áreas de especialidade.
- A elaboração de um documento enquadrador da prescrição por enfermeiros, com vista ao debate da mesma dentro da profissão.

Atividades

1. Emissão de pareceres nas áreas científicas e técnicas específicas das várias especialidades.
2. Realização de visitas para acompanhamento do exercício profissional especializado nas diferentes áreas de especialidade.
3. Definição dos critérios para acreditação dos contextos especializados nas várias áreas de especialidade.
4. Publicação do GOBP «Adaptação à Parentalidade».
5. Publicação do GOBP «Estratégias não farmacológicas no combate à dor na criança».
6. Elaboração do Catálogo CIPE - Neonatologia.
7. Realização de quatro visitas para acompanhamento do exercício profissional especializado - Acompanhar durante o ano o exercício profissional dos enfermeiros especialistas em Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica (EEESIP) que trabalham nas UCC das Secções Regionais Norte e Centro, de modo a conhecer as suas expetativas, necessidades, constrangimentos e estratégias, em articulação com os conselhos de enfermagem regionais (CER).
8. Dar continuidade ao Grupo de Trabalho sobre a Metologia de trabalho do Enfermeiro do trabalho.
9. Publicação e divulgação do GOBP «Cuidados de Enfermagem à pessoa com alteração da mobilidade - posicionamentos, transferências e treinos de deambulação».
10. Criação da Comissão de Apoio à Mesa do Colégio para a construção de proposta de cálculo de dotações seguras em Saúde Mental e Psiquiatria.
11. Definição do enquadramento, áreas e condições de reconhecimento de competências acrescidas.
12. Criação de grupo de trabalho para definição dos indicadores para os enunciados descritivos dos padrões de qualidade dos cuidados de Enfermagem de Reabilitação.
13. Definição do perfil de competências no âmbito da gestão em Enfermagem e as condições de certificação.
14. Reapreciação do guia de recomendações para o cálculo de dotação de enfermeiros no SNS, com a inclusão das dotações seguras para as áreas de especialidade.
15. Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão de Informatização Clínica e pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).
16. Produção de um documento conceptual sobre a prescrição por enfermeiros.
17. Definição do perfil de competências no âmbito do controlo de infeção e as condições de reconhecimento e certificação.
18. Constituição de grupo de trabalho com um representante do Conselho de Enfermagem (CE) e dois representantes da Associação Portuguesa de Enfermagem Militar (APEM) para proceder à conceptualização da Enfermagem Militar nas suas três vertentes: operacional, ocupacional e hospitalar.
19. Atualização do plano estratégico do Ensino Superior de Enfermagem em articulação com o CE.
20. Atualização dos dados socioprofissionais de Enfermagem.
21. Elaboração de proposta de alteração legislativa relativamente aos lares.

Capítulo 3.
Objetivo estratégico: Garantir o normal funcionamento dos órgãos estatutários

Neste capítulo enunciamos as atividades cuja concretização visa dar cumprimento às atribuições estatutárias, assim como compromissos assumidos com outras entidades nacionais e estrangeiras, mas cujo impacto orçamental não é despiciente.

A nível nacional damos como exemplo as reuniões ordinárias e extraordinárias dos vários órgãos, comissões e grupos de trabalho, a assembleia geral (AG) ordinária e extraordinárias, bem como o plano de formação dos recursos humanos (RH - funcionários) da OE.

A nível internacional elencamos as assembleias gerais da *European Federation of Nurses* (EFN) e a reunião anual da *European Forum of National Nursing and Midwifery Associations* (EFNNMA).

Atividades

1. Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias dos vários órgãos, comissões e grupos de trabalho.
2. Realização das assembleias dos colégios.
3. Emissão de pareceres de acordo com as atribuições estatutárias .
4. Realização da segunda AG ordinária do mandato e eventuais AG extraordinárias.
5. Participação nas duas AG ordinárias da EFN .
6. Participação na reunião anual da EFNNMA.
7. Realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do Fórum Nacional das Organizações Profissionais de Enfermeiros (FNOPE).
8. Realização da tradução de documentos que se revelem necessários para a intervenção ao nível internacional.
9. Realização de quatro reuniões do Grupo de Acompanhamento dos Sistemas de Informação em Enfermagem (GASIE).
10. Implementação do plano de formação de RH da sede.

Capítulo 4.
Objetivo estratégico: Intervir na qualificação e promover o desenvolvimento profissional

Os novos modelos jurídicos das organizações, as mudanças sociais e o perfil epidemiológico da população portuguesa, a par de uma maior exigência do cidadão, impõem a consolidação e certificação das competências obtidas pelos enfermeiros. A OE tem o dever de implementar um processo de interatividade no desenvolvimento profissional que promova e vincule elevados níveis de segurança e qualidade dos cuidados prestados ao cidadão.

É com este desiderato, de intervir ativamete na definição e companhamento da *legis artis*, que definimos as atividades abaixo enumeradas. Utilizamos como «alavancas» a formação, a investigação e o empreendedorismo, tendo em vista a segurança e a qualidade dos cuidados de Enfermagem prestados à população.

Atividades

1. Definição do Programa Formativo e Padrões de Qualidade dos Cuidados Especializados para as várias áreas de especialidade.
2. Aprovação dos critérios específicos para admissão e seriação do supervisor clínico para Desenvolvimento Profissional Tutelado (DPT) em Enfermagem nas várias especialidades.
3. Realização do Encontro Internacional «Parto Normal».
4. Realização do 1º Encontro «Uma Vigilância da Gravidez Normal - Um Parto Normal».
5. Publicação livro de bolso «A prática do EEESMO».
6. Realização do projeto de formação sobre vigilância da gravidez normal (VGN).
7. Realização do projeto de formação «Suporte avançado de vida em obstetrícia».
8. Realização de ações de formação sobre Padrões de Qualidade dos Cuidados Especializados.
9. Realização do IV Encontro de *Benchmarking* do CEESIP.
10. Dinamização junto dos EEESIP dos Padrões de Qualidade dos Cuidados Especializados em Enfermagem de Saúde da Criança e do Jovem.
11. Participação em quatro estudos de investigação no âmbito da Saúde Infantil e Pediátrica, incorporando os resultados obtidos na prática.
12. Continuação das atividades do Grupo de Trabalho sobre a Metologia de Trabalho do Enfermeiro de Família.
13. Realização do *workshop* «Enfermagem de Reabilitação no SNS».

14. Realização do Congresso Internacional de Enfermagem de Reabilitação em parceria com a Associação Portuguesa dos Enfermeiros de Reabilitação (APER).

15. Criação do grupo de trabalho para elaborar padrão de documentação do exercício profissional dos enfermeiros especialistas em Enfermagem de Reabilitação (EEER).

16. Elaboração de prioridades/linhas de investigação para a Enfermagem de Reabilitação.

17. Realização do *workshop* - «Prevenção de sintomatologia depressiva e comportamentos da esfera suicidária».

18. Realização do *workshop* - «Técnicas sociopsicodramáticas em cuidados de Saúde Mental».

19. Realização do *workshop* - «Intervenções breves nos problemas ligados ao álcool».

20. Elaboração de manual de normas para a intervenção na redução do consumo de álcool, no âmbito dos compromissos a apresentar ao Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) para 2013-2014 e consequente criação do grupo de trabalho.

21. Realização do 1º Encontro de Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (EEESMP), subordinado ao tema «A nova especialidade em Enfermagem de Saúde Mental – mudança de paradigma e desafios futuros».

22. Apresentação de propostas à Direção-Geral da Saúde (DGS) no âmbito do Programa de Saúde Escolar.

23. Revisão das Normas de Orientação Clínica (NOC) da DGS à luz do exercício profissional dos enfermeiros.

24. Acompanhamento de projetos europeus no sentido de realizar candidaturas aos fundos disponíveis para concursos aplicáveis à Enfermagem e aos enfermeiros.

25. Elaboração de um GOBP sobre «Gestão de serviços e cuidados de Enfermagem».

26. Realização de três *workshops* temáticos na área da gestão.

27. Realização de dois *open days*, no Norte/Centro e no Sul, em parceria com as secções regionais, para partilha de novas ideias para produtos/serviços decorrentes de atividades de empreendedorismo promovidas por enfermeiros.

28. Realização de um estudo sobre empregabilidade.

29. Disponibilização de formação relevante na área do empreendedorismo.

30. Realização de visita de estudo do *Consejo General de Enfermería de España* (CGEE) a Portugal.

31. Realização de formação na área da parametrização CIPE associada aos padrões de qualidade.

32. Estímulo ao desenvolvimento de inovações na área da melhoria contínua da qualidade, da avaliação e intervenção sobre os riscos clínicos e não clínicos e dos cuidados seguros, nomeadamente através da:

    a. Introdução destes temas como critérios nos prémios a atribuir a projetos de investigação.

    b. Procura de financiamento para o desenvolvimento de projetos nestas áreas, ajudando os enfermeiros/instituições a obterem os recursos necessários.

33. Organização de formações sobre as bases de dados científicas, para promoção da sua utilização, junto dos membros.

34. Gestão e atualização dos seguintes projetos: bases de dados científicos, repositório de investigação em Enfermagem, bolsas e prémios.

35. Atualização quinzenal das informações e conteúdos do *microsite* do Centro de Recursos em Conhecimento de Enfermagem - CRCE *Online*.

36. Manutenção do apoio ao HELPDESK/Centro de apoio aos utilizadores (membros e órgãos) na sua utilização e pesquisas das bases de dados científicas.

37. Elaboração de propostas de protocolos com revistas científicas nacionais e internacionais e sua divulgação no CRCE *Online*, para publicação de artigos de investigação em Enfermagem.

Capítulo 5.
Objetivo estratégico: Modernizar a estrutura interna da OE

A OE, pela sua condição de associação profissional com a qualidade de autoridade competente para o reconhecimento de competências e atribuição de títulos profissionais, associado às exigências que revestem a garantia da qualidade dos cuidados de Enfermagem prestados aos cidadãos, precisa de clarificar e esquematizar a sua estrutura e processos internos de uma forma percetível para os enfermeiros. Só assim é possível avaliar os resultados da sua ação e interagir com a mesma de uma forma esclarecida e participativa.

Nesta matéria, o grande desígnio a que nos propomos em 2013 é proceder à definição de todos os processos que alimentam diariamente a ação da OE na prossecução das suas atribuições, plasmando-os num documento a ser presente à AG. Consideramos ser necessário que os enfermeiros se pronunciem sobre a estrutura organizacional que consideram ser a mais adequada para que a OE cumpra com as suas atribuições, de forma a conferir a desejada estabilidade aos vários serviços que a compõem e não comprometer a continuidade de processos cuja relevância e impacto extravasam os ciclos eleitorais.

É nossa intenção, ao abrigo das práticas da boa governação, tornar claro para os enfermeiros a forma como a OE se organiza em termos funcionais, assim como os processos administrativos que a alimentam diariamente. Através do envolvimento de uma das principais partes interessadas no bom funcionamento da OE, ou seja, os enfermeiros, esperamos contribuir para a responsabilização coletiva pela forma como a instituição se capacita para o cumprimento da sua missão.

Atividades

1. Estabelecimento de fluxos de informação, modalidades e mecanismos de prestação de informação no âmbito do OCE.
2. Desenvolvimento de repositório de informação produzida relativa aos diversos contextos onde ocorre a prática de cuidados de Enfermagem.
3. Criação de Manual de Normas Gráficas do OCE.
4. Realização de *Media Training* aos membros dos órgãos que lidam com a comunicação social.
5. Definição de um processo de gestão da formação com qualidade pedagógica que contemple:
    a. Produção de planos, fluxos de trabalho, formulários e processos de candidatura, monitorização e avaliação para as atividades de carácter formativo.
    b. Construção e implementação dos formulários para pedidos de organização, acompanhamento e avaliação das atividades formativas da OE.
    c. Construção de uma base de dados de gestão das atividades formativas da OE a realizar/realizadas.

6. Análise e implementação de plataforma de *e-learning*/formação à distância via plataforma Moodle.
7. Implementação dos critérios de seleção para publicação, no Repositório de Investigação em Enfermagem, de outros trabalhos de investigação de reconhecido valor científico, para além das provas de mestrado, doutoramento e provas públicas, que a comissão de investigação e desenvolvimento considere adequados.
8. Apoio à revisão bibliográfica e à fundamentação científica de respostas/pareceres da OE através das bases de dados científicas da OE.
9. Elaboração do regulamento de funcionamento da OE .
10. Elaboração de proposta de regulamento que enquadre e delimite a aceitação de patrocínios científicos.
11. Elaboração de regulamento de segurança das instalações da OE.
12. Implementação do atendimento telefónico automático direcionado para os órgãos e serviços da Ordem.
13. Revisão do manual de procedimentos de gestão de membros.
14. Análise e apreciação do *software* necessário para a operacionalização das alterações ao modelo de faturação da quotização.
15. Efetivação do *outsourcing* de desenvolvimento aplicacional aprovado em 2012.
16. Efetivação da atualização do *Data Center* conforme caderno de encargos aprovado em 2012.
17. Instalação do VOIP nas comunicações fixas e móveis.
18. Atualização da rede de dados da OE.

Capítulo 6.
Objetivo estratégico: Promover a visibilidade social e importância da Enfermagem

Os processos identitários dos enfermeiros e implicações que daqui decorrem para a profissão no tecido social, económico e político português, constituem uma preocupação sempre presente no espírito de quem exerce funções nos órgãos da OE.

Os instrumentos catalisadores das perceções, positivas ou negativas, da sociedade sobre os enfermeiros e a Enfermagem, ou dos primeiros sobre a sua própria Ordem, são diversos e de natureza complexa. É devido a esta sua natureza que os esforços a levar a cabo (e explanados nas atividades abaixo descritas) se constituem como alavancas agregadoras da desejada promoção de uma adequada imagem do valor dos enfermeiros e da Enfermagem. Procuramos, simultaneamente, ir ao encontro das exigências implícitas ao cumprimento das atribuições dos vários órgãos que compõem a OE.

Uma das alavancas estratégicas na consolidação do valor dos cuidados de Enfermagem para a saúde dos cidadãos e para a eficiência e sustentabilidade do sistema de saúde é o modelo de financiamento das instituições de saúde. Propomo-nos, durante o ano de 2013, a trabalhar juntamente com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) a análise dos Sistemas de Informação em Enfermagem, nomeadamente o Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem (SAPE) e o Sistema de Classificação de Doentes (SCD), no âmbito do desenvolvimento de uma metodologia que torne as opções e estratégias de financiamento das instituições sensíveis às atividades de Enfermagem nelas realizadas.

Atividades

1. Comemoração do Dia Internacional do EEESMO/parteira.
2. Comemoração da Semana Mundial do Aleitamento Materno.
3. Atribuição do prémio bienal de investigação, no domínio dos cuidados de Enfermagem especializados em Saúde Materna Obstétrica.
4. Comemoração do Dia Mundial da Criança.
5. Comemoração do Dia de Sensibilização para a Prematuridade.
6. Comemoração do Dia Mundial da Prevenção do Abuso contra Crianças.
7. Comemoração da assinatura da Convenção dos Direitos da Criança.
8. Apresentação pública do fundamento da necessidade da ação permanente do EEESIP nas escolas e divulgar a mesma.
9. Divulgação de experiências/projetos de sucesso dos EEESIP de modo a replicar boas práticas que contribuam para a saúde e bem-estar das crianças e famílias.

10. Comemoração do Dia da Família em Faro.
11. Sinalização do Dia da Juventude.
12. Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Esclerose Múltipla.
13. Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com AVC.
14. Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com DPOC.
15. Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.
16. Inscrição e representação da OE na HORATIO - *European Association for Psychiatric Nurses.*
17. Comemoração do centenário do nascimento do Dr. João dos Santos, criador da moderna Saúde Mental Infantil em Portugal .
18. Criação de Comissão de Apoio à Mesa do CEESMP, constituída por membros do Colégio de cada Secção Regional, para apoiar a organização do 1º Encontro dos EEESMP.
19. Realização de parcerias com sociedades científicas de Enfermagem e outras no âmbito das várias áreas de intervenção dos enfermeiros especialistas.
20. Participação nos trabalhos do/a:
    i. Conselho Nacional de Saúde Mental;
    ii. Sub-Comissão Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental - CCISM;
    iii. Sub-Comissão SM e CSP ;
    iv. Fórum Nacional Álcool e Saúde .
21. Participação nas reuniões dos *Chief Nursing Officer* (CNO) sempre que convidados.
22. Realização de atividades no âmbito da Rede de Enfermagem dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
23. Negociação da introdução das dotações seguras nos instrumentos de informação de apoio à gestão e contratualização/financiamento, em ligação ao SAPE e SCD, junto da ACSS.
24. Criação de parâmetro no âmbito do processo de definição do *case mix* sensível aos cuidados de Enfermagem e estabelecer a sua ligação ao SCD.
25. Análise da introdução dos parâmetros sensíveis aos cuidados de Enfermagem na lógica de doente-tipo e de *clinical pathway*.
26. Análise dos parâmetros que podem compor a variável qualidade na contratualização das instituições de saúde com a ACSS cruzando-os com os SIE e Sistemas de Informação em Saúde (SIS).
27. Negociação da introdução da comparticipação de cuidados de Enfermagem ao abrigo da tabela de atos da ADSE.
28. Criação do prémio nacional de empreendedorismo e inovação em Enfermagem.
29. Construção dos suportes informativos e criação dos espaços e oportunidades para divulgar, junto da opinião pública, os contributos da Enfermagem no âmbito das Infeções Associadas aos Cuidados de Saúde (IACS) e os ganhos económicos associados à intervenção dos enfermeiros nesta matéria.

30. Realização do Congresso Internacional da Enfermagem Militar (em parceria com APEM).
31. Divulgação da providência cautelar na área da Emergência Pré-Hospitalar interposta pela OE junto dos média.
32. Realização de estudo económico que compare as opções defendidas pelo INEM em oposição às da OE.
33. Realização de um seminário de peritos nacionais / internacionais, no âmbito da reforma do Pré-Hospitalar para debater as vantagens do modelo preconizado pela OE .
34. Investimento na produção audiovisual, nomeadamente ao nível da difusão nos canais da OE na Internet.
35. Realização de um debate público entre representantes da profissão e economistas da saúde nacionais e internacionais.
36. Realização de um debate público entre representantes da profissão e representantes dos grupos parlamentares.
37. Elaboração do documento conceptual do Museu de Enfermagem.
38. Elaboração de livro «Para a memória histórica da Ordem dos Enfermeiros», comemorativo do 15º Aniversário da OE.
39. Desenvolvimento de um selo de Enfermagem juntamente com os CTT.

Aprovado em reunião do Conselho Diretivo de 20 de fevereiro de 2013.

O Presidente do Conselho Diretivo

Enf. Germano Couto

ORÇAMENTO PARA O ANO 2013

Princípios Orientadores

Os orçamentos corrente e de investimento pretendem refletir a concretização do Plano de Atividades para o ano de 2013 e foram elaborados em obediência ao princípio do equilíbrio orçamental.

Pressupostos

Como pressupostos gerais para a elaboração do orçamento para 2013, e nomeadamente no que se refere aos custos, foi considerado, por um lado, o valor da taxa de inflação prevista para o ano em referência, e por outro, o crescimento da atividade resultante da atuação da Ordem dos Enfermeiros (OE) em áreas novas.

No pressuposto da decisão política do Conselho Diretivo da OE no que concerne a uma regularização da dívida acumulada de anos anteriores, tendo por base uma dívida igual ou superior a 13 meses plasmada no Relatório e Contas do ano de 2012, considerou-se para o ano de 2013 uma percentagem de aproximadamente 4% da faturação para 2013, obtida do histórico de quotização emitida e não recebida, que se prevê ser de difícil cobrança.

Relembra-se que no que se refere à quotização, principal fonte de receita da Ordem, está considerado o deliberado em Assembleia Geral realizada em 20 de Novembro de 2010, ou seja, o aumento progressivo da quotização. Para o ano de 2013 o valor mensal da quota é de 9,00€.

Orçamento Corrente

O orçamento corrente para o ano de 2013, no que se refere à previsão de proveitos é o que seguidamente se apresenta:

1) Proveitos

QUADRO 1 - Orçamento Proveitos

Proveitos	Total Realizado Bruto - 2012	Valor Realizado Líquido 2012 (1)	Previsto Bruto 2013	Previsto Líquido 2013 (2)
Proveitos Associativos				
Quotização (valor Bruto)	6.602.035,00€	4.291.322,72€	7.070.436,00€	4.595.783,40€
Emolumentos	33.682,67€	33.682,67€	34.625,78€	34.625,78€
Rendas de patrocínios e colaboração	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Ganhos por aumentos de justo valor				
Em instrumentos financeiros	18.338,74€	18.338,74€	18.852,22€	18.852,22€
Outros Rendimentos e Ganhos				
Rendimentos Suplementares	1.635,14€	1.635,14€	1.680,92€	1.680,92€
Outros	71.726,97€	71.726,97€	63.735,33€	63.735,33€
Juros de Dívid. E outros Rend. Simil.	173.783,35€	173.783,35€	175.649,28€	175.649,28€
Total	**6.901.201,87€**	**4.590.489,59€**	**7.364.979,54€**	**4.890.326,94€**

(1) Após distribuição da Percentagem de Quotização por secções regionais, no montante de 2.310.712,28 € refletidos em custos na rubrica - Percentagem quotização emitida (secções regionais).
(2) Após distribuição da Percentagem de Quotização por secções regionais, no montante de 2.474.652,60 € refletidos em custos na rubrica - Percentagem quotização emitida (secções regionais).

a) Quotização

As quotas da OE constituem a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento da sua atividade. Neste contexto, e com base no número de membros a 31 de dezembro de 2012, o total de quotização prevista para o ano de 2013 é a que consta do quadro que seguidamente se apresenta:

QUADRO 2 - Previsão de quotização

Nº Enfermeiros*	Quota Fixa Mensal	Quota Fixa Anual	Total Anual
65.467	**9,00 €**	**108,00 €**	**7.070.436,00 €**

*** Enfermeiros a 31/12/2012**

De acordo com o enunciado e a previsão, o valor percentual a distribuir pelas diversas secções regionais será o que seguidamente se apresenta:

QUADRO 3 - Previsão da distribuição do valor da quotização pelas secções regionais

Secção Regional	Nº Membros	Percentagem da facturação a atribuir às Secções Regionais
Secção Regional da RA dos Açores	1.828	271.340,28€
Secção Regional do Centro Centro	13.657	442.486,80€
Secção Regional da RA da Madeira	2.145	210.906,72€
Secção Regional do Norte	21.836	707.486,40€
Secção regional do Sul	26.001	842.432,40€
Total	**65.467**	**2.474.652,60**
	Proveito da Sede	**4.595.783,40€**
	Total Geral	**7.070.436,00€**

2) Custos

No que se refere aos custos, o quadro seguinte ilustra a previsão para o ano de 2013:

QUADRO 4 - Orçamento Custos

Custos	Realizado 2012	Previsto 2013
Fornecimento e Serviços Externos	2.022.033,99€	2.778.650,94€
Gastos com o Pessoal	706.182,80€	925.955,92€
Amortizações	102.076,52€	102.076,52€
Perdas por imparidade	0,00€	197.972,21€
Provisões do exercício	1.534.009,39€	0,00€
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	3.551,42€	3.650,86€
Outros	219.798,75€	225.953,12€
Percentagem Quotização Emitida	2.310.712,28€	2.474.652,60€
Outros não especificados	153.628,96€	570.799,19€
Total	**7.051.994,11€**	**7.279.711,36€**

Nesta área merecem referência as seguintes rubricas:

a) Fornecimentos e Serviços Externos

I. Deslocações e Estadias

Integra nomeadamente os custos com deslocações e estadias dos membros dos órgãos, cujas despesas sejam assumidas a nível nacional, Assembleia Geral, grupos de trabalho, estudos, representação nacional e internacional, designadamente no âmbito do cumprimento das suas designações estatutárias;

II. Trabalhos Especializados

Nesta rubrica tem particular relevância a atividade editorial da Ordem, que será continuada através de publicações periódicas e não periódicas. Pretende-se, também, continuar com a publicação dos Cadernos OE que incluirão manuais/GOBP. Assume-se também aqui como particular relevância a aposta nas novas tecnologias no sentido de aproximar mais o membro à sua Ordem.

III. SIBS

Valor referente à utilização do Multibanco para pagamento de quotas. Este valor, apesar de ser significativo, considera-se que é uma opção de pagamento muito cómoda para os membros.

b) Gastos com o Pessoal

O acréscimo desta rubrica justifica-se pelo aumento médio da massa salarial, nomeadamente devida pelos encargos previstos no aumento do número de efetivos, decorrente sobretudo do crescimento da atividade da Ordem e da atuação em outras áreas como sejam o empreendedorismo e a formação.

c) Perdas por imparidade

Percentagem (aproximadamente 4%) do valor total de faturação na parte que corresponde à Sede, que de acordo com o histórico se considerada de difícil cobrança.

d) Outros Gastos e Perdas - outros

Nesta rubrica é de destacar o valor com as quotizações associativas, nomeadamente a referente ao ICN, WHO, CNOP e EFN.

e) Percentagem de quotização emitida

Esta rubrica compreende apenas os valores referentes às percentagens a transferir para as Secções Regionais.

f) Outros não especificados

O valor aqui previsto consagra, entre outros, a execução do Modelo de Desenvolvimento Profissional, nomeadamente o que se refere à constituição da Estrutura de Idoneidades. Os custos relacionam-se sobretudo com a contratação de enfermeiros para trabalhar nesta estrutura.

RESULTADO LIQUIDO

O resultado líquido previsto para o exercício 2013 é o que seguidamente se apresenta :

QUADRO 5 - Resultado líquido previsto

Resultado	Realizado 2012	Previsto 2013
Resultado Líquido	**-150.792,24 €**	**85.268,18 €**

ESTRUTURA FINANCEIRA

Orçamento de Investimento

A realização do orçamento de investimento **(QUADRO 6)** fica condicionada à garantia de manutenção de estabilidade financeira. No entanto, a renovação periódica de equipamentos e a procura das melhores soluções que garantam a otimização dos recursos existentes será valorizada.

QUADRO 6 - Orçamento Investimento

Imobilizações	Realizado 2012	Previsto 2013
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento administrativo	2.276,34€	35.000,00€
Equipamento informático	7.995,00€	75.000,00€
Outros ativos fixos tangíveis	- €	80.000,00€
Total	**10.271,34€**	**190.000,00€**

Disponibilidades Financeiras

Importa aqui referir que o pagamento efetivo e em tempo útil das quotas proporcionará disponibilidades para a concretização em pleno da missão a que a Ordem está acometida.

A boa cobrança deverá ser, assim, uma preocupação de todos, evitando desperdícios em recursos financeiros e humanos inerentes aos subsequentes processos de esforço de cobrança.

Aprovado em reunião do Conselho Diretivo de 20 de fevereiro de 2013.

O Presidente do Conselho Diretivo

Enf. Germano Couto

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2013

Aos membros da Ordem dos Enfermeiros

Nos termos estatuídos o Conselho Fiscal apresenta o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2013, elaborado pelo Conselho Diretivo.

Da análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2013, adicionada dos elementos e informações complementares obtidos, **o Conselho Fiscal é de parecer que merecem a aprovação dos membros, quer o plano, quer o orçamento para 2013 da Ordem dos Enfermeiros apresentados à Assembleia Geral pelo Conselho Diretivo.**

É nosso parecer e de acordo com os dados disponíveis, o plano de atividades e orçamento para 2013 é praticável, e será traduzível num conjunto de atividades que conduzirão ao desenvolvimento da profissão.

Face ao atual contexto socioeconómico é dever deste Conselho Fiscal recomendar a prossecução do comedimento no investimento e racionalização dos gastos, sua monitorização contínua, conduzindo a uma maior eficiência.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 2013

O Conselho Fiscal,

Ana Mesquita, presidente

Carla Ferraz, vice-presidente

Hélia Soares, vogal do CFR Açores

Rita Leal, presidente do CFR Centro

Carlos Freitas, presidente do CFR Madeira

Jorge Tavares, vogal do CFR Norte

Sandy Severino, vogal do CFR Sul



www.ordemenfermeiros.pt